



2483 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 06 - Formação de Professores

PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES DURANTE O GOVERNO LULA E DILMA(2003-2016)
Erika Ramos Januario - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Resumo

O texto tem como objetivo apresentar a análise sobre o processo de constituição das políticas educacionais brasileiras para formação continuada de professores alfabetizadores, durante o governo Lula e Dilma (2003-2016) a fim de compreender o percurso histórico das definições e concretizações dessas políticas até a criação do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Trata-se de uma pesquisa de análise documental, crítica contextualizada, no qual se compreende a totalidade e as contradições históricas desencadeadoras e presentes nas definições para a política de formação continuada de professores alfabetizadores.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Alfabetização; Formação Continuada de Professores Alfabetizadores.

PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES DURANTE O GOVERNO LULA E DILMA(2003-2016)

Resumo

O texto tem como objetivo apresentar a análise sobre o processo de constituição das políticas educacionais brasileiras para formação continuada de professores alfabetizadores, durante o governo Lula e Dilma (2003-2016) a fim de compreender o percurso histórico das definições e concretizações dessas políticas até a criação do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Trata-se de uma pesquisa de análise documental, crítica contextualizada, no qual se compreende a totalidade e as contradições históricas desencadeadoras e presentes nas definições para a política de formação continuada de professores alfabetizadores.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Alfabetização; Formação Continuada de Professores Alfabetizadores.

O presente texto tem como objetivo apresentar o processo de constituição das políticas educacionais brasileiras para formação continuada de professores alfabetizadores durante o governo Lula e Dilma (2003-2016), a fim de compreender o percurso histórico das definições e concretizações dessas políticas até a criação do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O texto inicialmente elucida sobre os debates realizados para alfabetização a partir do ano de 2003, período que se acenava para mudanças no cenário político nacional, com a posse do ex-presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Em seguida, apresenta as principais características do programa de formação continuada para professores alfabetizadores, Pró-letramento, sendo este executado durante o governo Lula e, subsequentemente, discorre sobre o programa de formação continuada para professores alfabetizadores, o PNAIC, concretizado durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016).

No ano de 2003, Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu o governo brasileiro. O contexto da alfabetização naquele período era considerado crítico, pois de acordo com o censo demográfico do ano de 2000, os alunos que estavam na escola no ensino básico, apresentavam um percentual abaixo do esperado, no que se refere à aquisição da linguagem escrita e leitura. Neste contexto, os resultados de avaliações nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), apresentavam como consequências que cerca de 18,7% desses alunos foram classificadas no nível "muito crítico", ou seja "[...] não desenvolveram habilidades de leitura mínimas condizentes com quatro anos de escolarização; não foram alfabetizados adequadamente e não conseguiram responder itens da prova" (BRASIL, 2004, p. 34).

Diante do problemático contexto, era necessário ampliar debates que analisassem a situação da alfabetização no Brasil e apresentassem "[...] propostas para o avanço do debate e das políticas e práticas em nosso país" (BRASIL, 2003, p. 8). Sendo criado em 2003, pela Câmara dos Deputados, um Grupo de Trabalho (GT), composto por deputados e especialistas em educação internacionais e nacionais, que teve, por objetivo, debater e criar um "primeiro documento nacional que apontasse a necessidade de revisão do(s) conceito(s) de alfabetização adotado(s) para subsidiar as políticas e as práticas de alfabetização no Brasil" (GONTIJO, 2014, p. 25).

Segundo Gontijo (2014), com base nas discussões realizadas pelo GT, o MEC passa a realizar uma série de ações que se constituíam em políticas de alfabetização e letramento com ênfases em programas de formação continuada de professores alfabetizadores. O principal programa destinado para essa formação, durante o governo Lula, foi o Projeto Básico: Mobilização pela Qualidade da Educação: Pró-Letramento, criado em 2005, que teve como característica basilar ser

[...] um programa de formação continuada de professores para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O Programa é realizado pelo MEC com a parceria de Universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios (BRASIL, 2007b, p. 7).

O objetivo do programa foi oferecer suporte à prática pedagógica dos professores por meio do incentivo à reflexão e formação continuada, a fim de garantir uma melhor aprendizagem dos conteúdos e melhorar o índice de rendimento dos alunos da Educação Básica. Todavia, deve-se elucidar que, para um programa de formação de professores atingir seus objetivos, outros aspectos que influenciam na atuação do professor devem ser valorizados, como infraestrutura, condições de trabalho, valorização do professor com plano de carreiras e salários, entre outras variantes. Assim,

O programa trouxe melhoria na atuação dos professores, porém não obteve mudanças para a carreira e condições de trabalho, reforçando, dessa forma, o processo de intensificação e precarização do trabalho docente, pautando-se em uma perspectiva pragmática e individualista de formação continuada. A efetividade dos programas de formação continuada de professores deve estar atrelada a uma política educacional ampla que garanta a valorização profissional e mudanças adequadas nas condições de trabalho dos docentes (LUZ, 2012, p. 41).

Além de engendrar programas para formação de professores, segundo o relatório elaborado pelo GT, é necessário a criação de um sistema de avaliação para alfabetização entre o final do primeiro ou segundo ano escolar, obtendo, como alicerce, os modelos internacionais adotados por países mais desenvolvidos. Gontijo (2014) explicita que a criação da Provinha Brasil, em 2008, pode ser compreendida como resposta ao relatório GT. Desenvolveu-se, atrelada ao Programa Pró-Letramento, tendo, por objetivo, avaliar o nível de alfabetização dos alunos no Ensino Fundamental, prevenir um diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem e buscar melhorias para a qualidade de ensino (BRASIL, 2007a).

A partir das experiências consideradas exitosas pelo MEC, ao se referir ao Pró-Letramento na formação de professores e da Provinha Brasil como meio de aferir resultados dos primeiros anos escolares, foi lançado, em 2012, no segundo ano do Governo da Dilma Rousseff, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), tornando-se uma das principais referências em política educacionais no Brasil, durante aquele período. O PNAIC é um programa de formação continuada de professores da Educação Básica, que corresponde a meta 5, para alfabetização do Plano Nacional da Educação (PNE), um compromisso assumido pelo Governo Federal, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Esse programa tem, por objetivo, a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, no máximo, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2016).

O PNAIC, igualmente ao Pró-letramento, considera que o professor é responsável pela qualidade da educação. Para que o processo de alfabetização ocorra de forma satisfatória, é necessário que os professores estejam preparados, motivados e comprometidos, acompanhando o progresso da aprendizagem das crianças, sendo este a peça fundamental para o desenvolvimento do conhecimento do aluno (BRASIL, 2012).

Percebe-se que ao responsabilizar o professor, os programas não levam em conta as condições materiais e objetivas deste profissional, ou seja, oferecem a formação continuada, mas não a devida atenção à “[...] realidade que os professores enfrentam no dia a dia nas escolas” (VOLSI, 2016, p. 184). Nesse sentido, colocam os professores no centro do processo, em que “[...] são chamados à responsabilidade para alcançar metas pré-definidas, que na verdade constituem dívida histórica do país com a educação de crianças, jovens e adultos” (Idem).

Nesta lógica, com o objetivo de avaliar se a formação continuada foi realizada de forma satisfatória e se o programa está realmente mostrando resultados, prosseguiu-se no PNAIC, a aplicação de avaliação em larga aos alunos do segundo ano, por intermédio da Provinha Brasil, que teve início durante o Pró-letramento, e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), para as crianças que completam o ciclo de alfabetização, sendo promovidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Importante elucidar que a partir de 2016, o PNAIC passou a obter novas características, deixando claro o seu atendimento à lógica neoliberal, pois, em 2013 o enfoque na formação dos professores era em língua portuguesa, matemática em 2014 e em 2015 o ponto fulcral foi no currículo inclusivo defendendo a aprendizagem de todas as crianças. Porém, em 2016, segundo o documento norteador do PNAIC propuseram “[...] a inclusão de professores-alfabetizadores com boas experiências no grupo de orientadores de estudo, trazendo a ideia do “coaching” e da formação entre pares, valorizando o protagonismo dos bons educadores (BRASIL, 2016, p.7). Nesta ótica, compreendendo que o *Coaching* é um profissional que tem como objetivo potencializar o nível de resultados positivos de pessoa, grupo ou empresa, percebe-se que fica explícito o caráter da educação seguindo os moldes dos modismos e estratégias estabelecidos pelo mercado de trabalho.

Diante do esboço apresentado, percebe-se que mesmo o governo Lula e Dilma, concebendo programas de formação continuada para os professores por meio do Pró-letramento e PNAIC, estes culminaram por exercer a lógica neoliberal e mercadológica, com vistas a resultados satisfatórios em avaliações de larga escala, ao invés de criar uma política que valorize o profissional em sua totalidade, ou seja, uma política educacional que se pautar também em condições objetivas de trabalho, melhores salários, manutenção das condições materiais da escola e ampliação e valorização do corpo docente.

Referências

BRASIL. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Alfabetização Infantil os Novos Caminhos**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/documentos-1/relatorio-de-atividades/Relat_Final.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

B R A S I L . **Resultados do SAEB 2003**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/saeb/2004/resultados/BRASIL.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

BRASIL. Portaria Normativa nº 10 (2007, 24 abril). Institui a Avaliação de Alfabetização “Provinha Brasil”. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2007a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/provinha.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. (2007b). **Pró-letramento: Guia de Curso em Matemática**. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/fasciculo_mat.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Formação de Professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, 2012.

BRASIL. **PNAIC em ação 2016**: Documento orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores em 2016. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

LUZ, I. C. P. A repercussão do Programa Pró-Letramento no trabalho de professores de escolas públicas: uma análise preliminar. In: **6 Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste e 5 Encontro Estadual de Política e Administração da Educação, João Pessoa**. Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), 2012.

VOLSI, M. E. **As políticas de valorização de professores da educação básica no Brasil pós-constituição federal de 1988**. 2016. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá, 2016.